

BRITANNICA

05{01}

MARÇO

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS BRITÂNICOS

UNICAMP - CAMPUS

AS DUAS OU MAIS MORTES DE ELOY FERREIRA DA SILVA

NARRATIVAS DE UM CRIME POLÍTICO

ANA CARNEIRO

RESUMO *O artigo contrasta dois espaços de circulação discursiva nos quais se reconstituiu o episódio do assassinato de Eloy Ferreira da Silva, ao norte de Minas Gerais, em 1985. De um lado, o esforço realizado a partir de notas de campo durante pesquisa de doutorado, entre 2006 e 2008. De outro, o de uma publicação promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria de Direitos Humanos, em 2010, como parte do projeto Direito à Memória e à Verdade. A partir do confronto, explicitar-se-ão as diferentes maneiras com que esses dois processos recuperaram, através do discurso, experiências vividas sob a imposição do silêncio.*

PALAVRAS-CHAVE *Memória camponesa; sindicalismo rural; narrativa etnográfica; Sertão mineiro.*

ABSTRACT *The article contrasts two spheres of discursive circulation about the Eloy Ferreira da Silva murder, at north of Minas Gerais, in 1985. On the one hand, it means the effort from the field notes for my doctoral research (2006 to 2008). On the another, a publication sponsored by the Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria de Direitos Humanos, in 2010, as part of its policies named Direito à Verdade e à Memória. By comparison, we find different ways in which these two processes recovered, through discourse, experiences under the imposition of silence.*

KEY WORDS *Peasant memory; rural sindicalism; ethnographic narrative; Sertão of Minas Gerais state.*

O DIREITO À MEMÓRIA

Em 2010, o projeto Direito à Memória e à Verdade, promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), resultou na publicação de *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados*,

mortos e desaparecidos. Tratava-se de dar continuidade ao trabalho de reconhecimento, “caso a caso, [da] responsabilidade do Estado pela morte de opositores ao regime militar em decorrência do aparelho repressivo” (CASSEL e VANNUCHI, 2010, p. 9).¹ Participei da empreitada dessa publicação ao lado de Marta Ciocari, como pesquisadora de conteúdo e redatora dos textos, o que resultou no registro de uma seleção de biografias sucintas de “casos exemplares” de luta e sofrimento no período do regime militar, conforme o que nos fora encomendado. De acordo com a Apresentação do livro, interessava-nos o registro da memória de “grandes personagens de nossa história” (CASSEL e VANNUCHI, 2010, p. 11), sindicalistas rurais em grande parte, mas não exclusivamente. Entre eles, figurou Eloy Ferreira da Silva – assassinado ao norte de Minas Gerais, em 1984 –, sobre quem eu já obtivera dados em ocasião anterior, quando de minha pesquisa de campo para tese de doutoramento em antropologia social (CERQUEIRA, 2010). Embora durante o doutorado meu interesse não estivesse voltado para a reconstituição dessa memória, Eloy era parente de pessoas com quem eu então estabelecera laços de amizade e de quem eu ouvira alguns relatos sobre o episódio do assassinato. Assim, a redação de *Retrato da repressão* possibilitou-me um reencontro com a história desse personagem.

Para a publicação do MDA, entretanto, praticamente não fiz uso dos dados colhidos em campo, que pareciam não se encaixar no “retrato” do referido projeto. Essa disjunção entre o ambiente da conversa familiar e os processos de registro da memória sobre atuação sindical revelou uma dimensão curiosa daquele esforço de registro biográfico. A seguir, busco contrastar esses dois espaços de circulação discursiva nos quais me deparei com Eloy Ferreira da Silva, o da publicação do MDA/SDH e o das notas de campo. Não para medir seus regimes de legitimação, pois, se ambos são formas narrativas socialmente reconhecidas, podemos estabelecer sua legitimidade como nosso ponto de partida. O que

1 O projeto visava reparar a ausência – no resultado do trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – de um número representativo de casos de vítimas da repressão ocorridos no campo.

me proponho é, a partir do confronto, explicitar as diferentes maneiras com que esses dois processos recuperaram, através do discurso, experiências vividas sob a imposição do silêncio. Nos dois processos de recuperação da memória, promoveu-se a escuta de narrativas orais, que, passando por mediações diversas e em graus variados de distanciamento, foram convertidas à forma escrita, o que não ocorreu sem a delimitação prévia dos campos de interesse nos quais se daria a escuta. A seguir, buscarei recuperar esses dois procedimentos de “conversão”, ou talvez fosse melhor dizer “tradução”.

Em *Retratos da repressão*, a ideia de “resgatar a memória” dos acontecimentos no campo durante o regime militar implicava contar uma história construída em grande medida no anonimato. Pouco presentes em registros como os documentos dos arquivos do Dops, por exemplo, os casos de repressão política na área rural nem sempre podem ser “comprovados”. Entre os dossiês entregues pelas famílias de vítimas da repressão militar à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, como parte do programa da Secretaria de Direitos Humanos, praticamente não havia biografias camponesas. O projeto de publicação visava suprir ao menos uma pequena parcela dessa lacuna devida não apenas à clandestinidade política, que ocorreu igualmente na área urbana, mas sobretudo à distância de tais casos em relação aos centros de produção e difusão da informação, bem como em relação aos órgãos de representação legal e de repressão política do Estado. A memória da violência no campo durante a ditadura militar foi em grande medida eclipsada pelo cotidiano de uma histórica relação de opressão por parte dos proprietários de terra diante de lavradores em geral. O Estado atuou em geral indiretamente, seja estimulando a ocupação arbitrária de terras já habitadas, seja ignorando a violência praticada por representantes dos poderes econômico e político locais na apropriação dessas terras, ou permitindo que pessoas ligadas ao aparelho repressivo estatal interviessem na

2 Sobre a relação entre a questão agrária e as formas de dominação no campo, no Brasil, ver, entre outros, Alves (2009), Borges (2004), Brasil (2007), Bruno (2002), Camargo (1981), Carvalho (2004), Conceição (1980), Contag (1981, 1993, 2003), Grynszpan (1988), Koury (2010), Martins (1985), Rangel (1961).

3 Nesse sentido, a disposição dos pesquisadores que nos ajudaram é digna de nota. Encontramos ali, para além do envolvimento intelectual, um interesse engajado na reconstrução dessa memória, dando assim continuidade a um percurso de comprometimento político com seus objetos de pesquisa. Vale ressaltar a colaboração contínua dada, no Rio de Janeiro, por Leonilde Medeiros (CPDA/UFRJ) e por Moacir Palmeira (Museu Nacional/UFRJ), que supervisionou a pesquisa. Caio Galvão de França, então vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, participou da coordenação do projeto de publicação e também foi figura-chave para sua realização.

proteção privada a tais figuras, bem como na proteção não oficial à execução de práticas de tortura, cárcere privado e assassinato. Tudo isso frequentemente definido pelo aparelho jurídico estatal como questões de ordem pessoal.² Assim, a violência no campo durante o regime militar potencializou conflitos já existentes, endossando a antiga violência latifundiária e deslegitimando seu caráter “político”. As atrocidades cresceram sob a égide do “interesse nacional”.

Nosso esforço de pesquisa baseou-se então em um “mergulho” no universo do que já havia sido feito a partir da “história oral” escrita sobre aquele período: compilações de entrevistas publicadas com lideranças camponesas, registros impressos e audiovisuais com depoimentos de quem viveu a época, reportagens jornalísticas apuradas entre pessoas diretamente engajadas nos movimentos camponeses, além de filmes ou livros biográficos e publicações acadêmicas baseadas em tais e tais registros.³ O variado material reunia-se sob uma mesma perspectiva de busca: as trajetórias de “grandes personagens de nossa história”, “casos exemplares”. Quem seriam tais personagens? Como ponto de partida, assistimos a dezenas de horas de gravações em vídeo dos seminários estaduais organizados pelo projeto Memória Camponesa (Nuap/PPGAS/MN–UFRJ), coordenado por Moacir Palmeira, nos quais palestraram lideranças camponesas de importância nos anos de 1960 a 1980.⁴ Com esse primeiro mapeamento, fizemos um levantamento bibliográfico e notamos que o universo a ser investigado era muito mais vasto do que imaginávamos de início. A cada novo contato com pesquisadores voltados para o tema, as pistas se multiplicavam, informando-nos sobre episódios de repressão e indicando pessoas que nos ajudariam a lembrá-los. Para encontrar um recorte no material já existente, investimos na leitura de entrevistas e compilações com relatos autobiográficos; desses registros em vídeo e texto, extraímos nossa pauta inicial de investigação, partindo em seguida para o contato com acervos de memória e outros núcleos de pesquisa.⁵ O roteiro do

livro nasceu portanto daquele conjunto inicial de depoimentos registrados por pesquisadores cujas análises evidentemente nos serviriam nas formulações a serem escritas posteriormente. Mas foi nos relatos pessoais que encontramos elaborações para nossa questão de partida: Quem seriam nossos personagens?

Antes de adentrarmos a história de Eloy Ferreira da Silva, vale explicitar brevemente os pressupostos que nos guiaram na resposta à questão exposta acima. Alguns registros de relatos de ex-lideranças camponesas levaram-nos aos parâmetros de definição do que, afinal, constituiria uma “liderança política”, dando sentido e legitimidade ao recorte que traçávamos como parte da “história nacional”. Nos relatos que ouvimos antes de redigir o texto, os “personagens da história” surgiam, nas palavras de antigas lideranças, como atualizações de uma forma coletiva instituída e muitas vezes institucionalizada, “o camponês”. Eloy e os outros biografados do livro – assim como aqueles personagens que não foram incluídos devido aos limites de tempo e espaço da publicação – deveriam formar uma “massa” não individualizante. “O líder não se faz”, explicara José Pureza (1982), falecido sindicalista da Baixada Fluminense, em seu livro de memórias, “o líder se tempera como aço na própria luta [...], o líder se faz na massa”. Por tal caminho, estas e outras trajetórias narradas indicavam que, mais do que indivíduos isolados, a dor da perda apontava, em quaisquer dos casos e em última análise, para o “movimento camponês”. Como veremos, as palavras de Pureza trazem uma síntese eloquente do que se transmite hoje como memória daquelas experiências: as narrativas individuais – feitas por “narradores-heróis” – desenvolvem-se como agenciamentos coletivos.

Com efeito, durante o período rememorado, o mero uso do termo “camponês” poderia desencadear prisões, torturas e assassinatos. O que o regime fazia calar não eram meras palavras. A designação “campesinato” tinha sua história; construía-se através de um conjunto de eventos, experiências coletivas vivenciadas nos diversos enfrentamentos em favor do uso e

4 O projeto Memória Camponesa, coordenado por Moacir Palmeira, integrou os estados do Rio de Janeiro (2005), Pernambuco (2005), Rio Grande do Norte (2005), Paraíba (2006), Ceará (2006), Paraná (2007), Rio Grande do Sul (2007), São Paulo (2008) e Goiás (2008). E contou com o apoio de pesquisadores de universidades federais e/ou estaduais em cada um desses estados. Conferir <<http://nuap.ppgasmuseu.etc.br/>>.

5 Vale mencionar a viagem de Marta Ciocari a Pernambuco e Brasília, onde entrevistou diretamente alguns dos personagens biografados na publicação. Essa viagem ajudou a enriquecer o material do livro no que consiste a um viés propriamente “etnográfico” e foi particularmente importante para a redação do capítulo sobre o Nordeste. Contudo, a organização narrativa da publicação baseou-se nas fontes secundárias coletadas no primeiro momento da pesquisa.

6 Para uma discussão mais ampla sobre o termo “camponês” (ou “campesinato”), ver, entre outros, Foster (1967), Shanin (1971) e Kearney (1996). Sobre o caso brasileiro, conferir Almeida (2007) e Palmeira (1985).

7 Sobre a relação entre a CUT e os movimentos camponeses, vale conferir a trajetória de Expedito Ribeiro de Souza, retratada no documentário *Expedito: em busca de outros nortes* (MARQUES e NOVAES, 2006).

distribuição justos da terra.⁶ Sem ignorar a importância de lutas agrárias anteriores, é no início dos anos 1950 que os movimentos tendem a se generalizar, revestindo demandas locais em propostas políticas vinculadas a um projeto nacional. Foi este o tempo de semear o que a CUT e seus “rurais”, mais tarde, chamariam de “unidade na diversidade”.⁷ A palavra “camponês” reunia então uma gama de categorias – lavradores, trabalhadores rurais, meeiros, foreiros, agricultores familiares, pequenos proprietários, posseiros etc. – articulando reivindicações diversas – direitos trabalhistas, acesso à previdência social, direito à posse, reforma agrária. Justamente por isso ganhava força simbólica e sentido político. Ao avaliar que “o líder se faz na massa”, Pureza concluía seu relato sobre o fechamento dos sindicatos de trabalhadores rurais e a perseguição aos dirigentes após 1964. A partir dali, o que se seguiu foi a clandestinidade, a prisão, a tortura, mas, em seu relato autobiográfico, tal período da repressão quer ocultar-se, obliterado pela força de seu relato sobre “a luta”, que em seu caso se concentrara antes do regime militar (CANTARINO, 1982). Em um gesto deliberado de reconstituição de uma “memória coletiva”, Pureza buscava falar de si para poder falar das conquistas interrompidas, da identidade silenciada pela ação autoritária. Não foram os únicos casos de silêncio sobre o período de sofrimento e, embora haja exceções nesse sentido, a marca das conquistas coletivas era o que pontuava, pode-se dizer, todos os relatos com os quais trabalhamos. Desse modo, tampouco havia espaço, nas narrativas, para descrições detalhadas sobre a experiência de vida familiar fora dos espaços de atuação política.

ELOY, HERÓI DOS POSSEIROS

No momento de redigir as biografias para o livro do MDA, contatei por telefone Raimundo Ribeiro Gomes, o Mundinho, primo de segundo grau de Eloy Ferreira da Silva. Como este, o primeiro iniciara sua trajetória política no interior da ação

sindical, da qual se distanciara até chegar à posição de prefeito pelo Partido dos Trabalhadores em seu município, Chapada Gaúcha (MG). Eu já o conhecera antes, desde 2006, quando estive em sua região para fazer a pesquisa de campo de doutorado.⁸ Mundinho manifestou orgulho em me ajudar no que chamou de “resgate da memória” e me enviou por *e-mail* a cópia escaneada de um livro sobre Eloy, além de um relato pessoal que escreveu, a meu pedido, sobre o primo assassinado. Eu imaginara instigar reminiscências de infância, intuindo suprir com elas a ausência de relatos pessoais que, como no caso de outros personagens da publicação, pudessem conceder ao texto certa tonalidade malinowskiana, dando “carne e sangue” à história. Mas o que recebi do prefeito foi o que transcrevo abaixo:

8 Meu tempo de trabalho de campo completou 16 meses intervalados ao longo de 3 anos (2006-2008).

Tenho lembranças vivas sobre Eloy Ferreira da Silva, pois desde criança cresci vendo acontecer reuniões de sindicato. E uma das grandes preocupações de Eloy era a posse de terra, pois na região toda estava acontecendo especulação de terras principalmente pelas reflorestadoras, que recebiam financiamento e incentivos fiscais e precisavam de terra para implantar projetos, principalmente de eucalipto e pínus. Essas terras quase na totalidade eram devolutas e o Estado legalizava para as reflorestadoras, que compravam as posses dos moradores antigos quase de graça, e ainda aconteciam casos em que os posseiros eram lisonjeados a venderem seus direitos de posse com falsas promessas de emprego nas firmas. [...] Quando resistiam, eram ameaçados de perderem as terras e não receber nada; então muitas vezes vendiam obrigados, por pressão, e, se mesmo assim insistissem, a firma cercava toda a área e “adonava”, deixava o morador em uma pequena área, que era insuficiente para plantar suas roças e criar suas criações de gado e cavalo, isso aconteceu em todo o norte de Minas e resultou que esses moradores migraram para as cidades, como São Francisco, Januária e outras; ou foram para os grandes centros, Brasília e São Paulo. [...]

O Eloy, além de fazer reunião nas localidades, fez muitas reuniões na [sede distrital] Serra das Araras, pois ali era mais central e podia reunir pessoas das [comunidades] da Serra, dos Buracos, Ribeirão de Areia, Marimbas e Catarina. Muitas vezes os moradores iam a cavalo até 40 quilômetros, pois viviam em um momento de conturbação e medo de perder suas terras. Suas vidas presumiam a suas casas e suas propriedades, não tinham estudo, tinham muita falta de informação, que muitas vezes era obtida através do rádio, um privilégio de poucos.

Eloy, para esse povo, foi uma luz, foi um verdadeiro mensageiro, pois sempre defendeu o posseiro, o trabalhador rural e lutou muito contra a opressão contra os trabalhadores; lutou por direitos como aposentadoria, direito à terra e uma vida mais digna. Ele questionava o sistema de governo, o militarismo e o coronelismo que dominava a região. E, principalmente, defendeu os “agregados”, que trabalhavam a vida toda nas fazendas e não tinham direito a nada.

O trecho acima apresenta-se em sua versão integral, tendo sido subtraídas apenas algumas frases que detalhavam algo citado na sequência. Podemos ver que se trata de uma narrativa pronta sobre o personagem que “fez história”, o “herói dos posseiros”, conforme a inscrição de uma camiseta que vi certa vez um parente de Eloy usar. A fórmula do herói, entretanto, não fora pronunciada enquanto eu estava em trabalho de campo. Mesmo quando perguntei ao que portava a camiseta qual o significado daquela frase, ele apenas situou Eloy na rede de relações de parentesco que os ligava, dizendo-me em seguida: “O Eloy defendia muito as pessoas que tinham questão de cerca, aí o povo ficou conhecendo ele como herói dos posseiros”. Ao longo de minha temporada em Chapada Gaúcha, foram raras as ocasiões em que ouvi a respeito; era preciso puxar o assunto para que alguém ligasse a memória do parente Eloy à ideia de herói. Na medida em que eu a mencionava, a fórmula era reconhecida por meus interlocutores, mas nunca a empregavam de modo

deliberado. Com exceção das menções às “questões de cerca”, tampouco costumava ser mencionada a atuação de Eloy como sindicalista. A história que me fora contada em campo era outra, narrava-se não como “caso exemplar”, mas como “causo delicado”: era uma “morte feia”, uma “história triste”. Os causos contados desenrolavam-se em versões que diferiam pontualmente entre si; guardavam em comum a extensa descrição dos pormenores do crime e a ênfase no fato de que Eloy tinha o “corpo fechado”. Esse dado era, pode-se dizer, o motor da história de Eloy contada no interior das casas de seus parentes.

No perfil publicado pelo MDA, o tema foi mencionado de forma sintética. A maior parte do material utilizado para compor o perfil de Eloy, entretanto, não veio dos relatos que escutara durante trabalho de campo, mas sim de fontes escritas: um breve texto produzido pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes), uma matéria de jornal⁹ e um livro que chegara às minhas mãos através de Mundinho. Por fim, a história publicada resultou no que transcrevo aqui:

O município de Chapada Gaúcha situa-se ao norte de Minas Gerais e seu nome carrega sua história: em 1979, estimulados por um programa de assentamento do governo federal, imigrantes gaúchos chegaram às terras sertanejas para iniciar ali grandes empreendimentos agrícolas. Em meio ao cerrado, surgiu então a Vila dos Gaúchos, mais tarde transformada em sede municipal. Nessa área, vivia Eloy Ferreira da Silva, sindicalista rural assassinado em dezembro de 1984, com três tiros pelas costas. Enquanto viveu, a localidade pertencia ao município de São Francisco e ainda se caracterizava pela completa ausência de serviços urbanos: integrava a paisagem dos “Gerais”, o Sertão das veredas de João Guimarães Rosa.

Em 1978, Eloy era delegado sindical de base do distrito de Serra das Araras, localizado naquele município, e liderou os primeiros movimentos de resistência à invasão dos grandes grileiros nas terras de seu povo. Eleito presidente do

⁹ Embora leve o nome do sindicalista assassinado, o Cedefes não está voltado para documentar essa memória. Conforme a apresentação do site da entidade, “seu objetivo é promover a informação e formação cultural e pedagógica, documentar, arquivar, pesquisar e publicar temas do interesse do povo e dos movimentos sociais” (www.cedefes.org.br). A matéria de jornal mencionada está na *Folha de S.Paulo*, 18/12/1984.

Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Francisco em 1981, envolveu-se intensamente na liderança de conflitos que se aguçavam ali no período final do regime militar. Na Fazenda Vereda Grande, onde moravam 36 famílias de antigos posseiros, um grande latifundiário buscou se apropriar da área, lançando máquinas agrícolas sobre as roças familiares, e teve como resposta a desapropriação da fazenda pelo Incra, em 1983, graças ao trabalho de pressão da organização sindical na região. Violentas pressões mantiveram-se, contudo, em contrarreação proporcional ao movimento dos posseiros. Eloy Ferreira da Silva, representante notório de sua causa, viveu muitos anos sob as ameaças de conhecidos fazendeiros e de seus jagunços. Após seu assassinato, a Contag recebeu um telegrama denunciando que o crime havia sido cometido em virtude da atuação do líder sindical em defesa das famílias de agricultores pressionadas por grileiros. Em 1981, Eloy já denunciara publicamente a perseguição a que ele e seu companheiro sindical Marcelino Pereira da Silva eram submetidos pelo juiz local. Na mesma ocasião, informara que o Incra desalojara onze pequenos proprietários, para aumentar a fazenda de um conhecido grileiro. O juiz havia obrigado os pequenos produtores rurais a assinar um documento concordando com as novas delimitações da fazenda grilada. A maioria desses lavradores, por ser de analfabetos, firmou o documento com suas impressões digitais. O Sindicato de São Francisco estava trabalhando para anular as procurações, quando Eloy foi baleado e morto.

Muito católico, Eloy enfrentara a luta com a coragem que a proteção religiosa lhe dava. Conta-se hoje que ele possuía “o corpo fechado”. E foi assim que, para ser morto, precisou que o pistoleiro, a mando de fazendeiros, o matasse com requintes de crueldade. Após os tiros à queima roupa, conta-se que o assassino quebrou a cabeça de Eloy em pedaços, a golpes de machado: para “quebrar a proteção”. Com o acontecimento, a esposa e os dez filhos de Eloy se mudaram para a cidade de São Francisco, afastando-se de seu povo e desta triste memória.

Eloy e seus parentes viveram como “agregados”, isto é, ganhavam a permissão para construir uma casa e roçar um pequeno lote em propriedade alheia, mas para isto impunha-se que trabalhassem de graça para o dono da terra. Como ocorreu com muitos dos descendentes de famílias de agregados, Eloy tornar-se-ia posseiro em terras devolutas. A consciência aguda da opressão política imposta por esta condição rendeu-lhe o codinome “herói dos posseiros”, conforme a memória do povo da região. Em Uruçuia (MG), uma escola leva o nome do líder como homenagem; assim como o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes), em Contagem (MG). Chapada Gaúcha emancipou-se em 1989, já após a morte do sindicalista, e tem na sede do município uma rua com o nome do mártir. A antiga Vila dos Gaúchos é hoje uma pequena cidade de cerca de quatro mil habitantes, rodeada por grandes monoculturas de soja e capim. A paisagem do “cerradão” foi substituída e, ainda onde existe, é frequentemente interrompida por carvoarias ilegais e pelo incipiente investimento em eucalipto, o “reflorestamento”. Desde a época de Eloy Ferreira da Silva, empreendedores latifundiários vêm enriquecendo e crescendo suas propriedades espraiadas pelas terras devolutas do Sertão (CARNEIRO e CIOCCARI, 2010, p. 206-208).

O RESGATE DE UM CRIME

O livro *Eloy: morre a voz, nasce o grito* (AMADO, 1985), cuja cópia me fora enviada por Mundinho durante a confecção do livro do MDA, revelara-se um curioso objeto de memória: havia sido emprestado ao prefeito por dona Josefa Carneiro, a irmã de Eloy, cuja casa eu frequentara de forma intensa durante o período de campo. Ela me contava que, ao longo dos anos, haviam aparecido um e outro interessados no caso de Eloy, “gente de fora”, dizia-me sem se ater a detalhes. O livro sobre Eloy fora presenteado a dona Zefa em uma dessas ocasiões, e ela o guardava como lembrança carinhosa dada em retribuição à

sua receptividade para com os autores. Era um “livro-objeto”, aparentemente mais importante pelas relações de troca que sua existência evocava do que pelo conteúdo de seu texto.

Quando retornei a Chapada Gaúcha após a publicação de *Retratos da repressão*, também presenteei dona Zefa com um exemplar desse novo volume. Foi quando ela me contou sobre a origem do livro-objeto, do qual eu retirara boa parte das informações publicadas sobre Eloy. Apenas nessa última visita, soube que o livro sobre o assassinato do sindicalista permanecia guardado havia alguns anos, integrando um conjunto de objetos relacionados à memória de Eloy, tais como dois grandes retratos na parede, uma carta e papéis do sindicato¹⁰. À exceção das fotografias expostas, não é costume de dona Zefa mostrar esses objetos aos chegantes. Mesmo em relação aos retratos, ela pouco conta sobre a trajetória de Eloy. Conta, sim, sobre o “causo do assassinato”, “um trem feio”.

Do causo que ouvi em campo, dificilmente se extrairia a figura do sindicalista impressa no relato escrito de Mundinho. Nenhuma menção me fora feita em relação à conjuntura política de então, o regime de exceção do qual Eloy fora vítima. O sindicalista morto não surgia como um personagem da história; era antes um parente do “povo dos Buracos”, um elo possível na teia de relações que eu buscava destrinchar na ocasião. Meu objetivo naquela ocasião era pesquisar as relações interpessoais de um povo constituído quase integralmente por laços de filiação e aliança. E o caso de Eloy aparecia para mim como exemplo do que, ali, chamam “causo dos antigos”, histórias envolvendo gente que não existe mais. Para conhecer a história do povo, diziam-me meus informantes, eu deveria conversar com os antigos, ouvir os causos deles.

Um causo – pode-se definir brevemente – constitui-se na circulação de um episódio através da “prosa”, isto é, pela oralidade. A cada vez que se conta um causo, trata-se necessariamente de uma versão singular e parcial; assim entende quem o escuta.

10 Perceberia mais tarde que, inversamente às minhas expectativas, a publicação do MDA/SDH tampouco circularia entre os parentes e amigos: gerando entre estes não mais do que raros comentários, permanece hoje guardado junto a outros objetos cuja evocação afetiva não convém expor diariamente.

Um caso é enfim uma estrutura que circula “na boca do povo”, repetindo-se com variações permanentes em função de cada narrador e de sua relação com o fato narrado, bem como com seus ouvintes ocasionais. Quando se faz referência a um “caso”, está-se por aí supondo uma “notícia que corre” em suas diversas versões: trata-se de um fato, poder-se-ia dizer, mas entendido como inseparável de suas versões, das narrativas que dão sobrevida ao ocorrido. Ao longo dessa circulação, na prosa diária das casas de parentes, os ouvintes relacionam as diversas versões, sobre as quais diferenças e semelhanças serão avaliadas em função da posição do narrador – seja observando a rede de relações pessoais que liga o falante ao personagem narrado por ele, seja na relação imediata com quem ele fala. Em todo caso, há uma espécie de gradação de legitimidade das versões em função da intimidade notada entre narrador e experiência narrada. A contextualização de um caso se dá em grande medida a partir da localização dos personagens narrados na rede de relações que inclui falante e ouvinte, o que se faz com formulações tais quais: “Fulano é irmão de Beltrano, minha vizinha de muitos anos naqueles tempos, ali onde hoje é a casa do Cicrano, que você conhece”; “Fulano é filho da irmã do pai de Beltrano, que você conheceu aquele dia na casa de Cicrano”; “Fulano é muito chegado meu, primo primeiro meu, filho da irmã de meu pai”. A versão de um caso terá mais autoridade quanto mais proximidade houver em relação às pessoas de quem se fala. Noutras palavras, parentes “chegados” são os que “sabem contar”. Assim, se o fato não foi vivido por quem conta, este se esforça em marcar sua proximidade com o sujeito do caso, explicitando distâncias e aproximações, analisando relações. Através das narrativas qualificam-se a importância da vizinhança, os valores atribuídos aos diferentes vínculos de parentesco, os deslocamentos promovidos por casamentos e daí por diante. Assim, a versão de um caso fornece ao etnógrafo interessado pistas sobre o jogo das relações tecidas ao longo das

gerações. Ouvindo os causos, eu traçara “a história do povo”, buscando conectar às pessoas com quem eu estabelecera relação um universo passado de pessoas ausentes.

Muitas vezes, entretanto, essa escuta alcançava apenas uma teia restrita e difusa; o personagem narrado se dissolvia em um universo algo fantasioso, remetido a um universo atemporal, à maneira das histórias que os velhos costumam contar às crianças. O caso de Eloy era um desses, em parte porque sua esposa e filhos haviam se mudado para São Francisco, a cerca de 150 quilômetros dali, logo após o episódio do assassinato (como vimos), e eu não chegara a conhecê-los. Mas não apenas por isso. A dificuldade em estabelecer relações entre os personagens narrados e as pessoas que eu conhecia também se revelaria, pouco a pouco, resultado de certo silêncio deliberado: o executor do crime, eu viria a saber mais tarde, era marido de “uma parenta” e morador da vizinhança, em Chapada Gaúcha. A cautela em me transmitir tal informação certamente visaria proteger relações familiares da vizinhança presente, portanto.

No entanto, tal silêncio produzia um efeito de retórica específico. Sem poder localizar os personagens, minha escuta impregnava-se da intensidade do relato: “muitas pessoas e muita crueldade, um trem feio”, diziam-me. Era como se o caso ganhasse uma dimensão ficcional posta à luz graças a detalhes de uma sordidez desumana. “Não pode ser gente quem faz um trem desses!”, diziam-me.

O caso começava com a morte de Praxedes, filho de Zuza, irmão de Eloy e Zefa:

O sobrinho Praxedes era um rapaz novo, um rapaz direito! Toda a família, gente direita! Zuza tinha um pedaço de terra devoluta há muitos anos, na Fazenda Menino. Zefa e seus irmãos haviam chegado nos Buracos ainda crianças, vieram do Goiás para serem “agregados” de João Branco, irmão da mãe de Zefa, herdeiro da Fazenda dos Buracos. A família de Zefa não era herdeira, quando os filhos cresceram e

casaram, sobraram para eles terras “assim... isoladas”. Aí espalhou tudo, contaram-me, foram muitos pra longe, para as terras de famílias das suas mulheres, e outros pro Ribeirão d’Areia. Algumas irmãs e irmãos de Zefa são hoje o “povo do Ribeirão”. Eloy e Zuza foram pra essa terra, na Fazenda Menino. Muitos anos. Eloy comprou a posse. Mas aí começou aquela questão de cerca. Um grileiro grande, homem rico, deu de cortar a cerca. Queria passar a estrada por ali, porque era dono de uma terra acolá. Aí cortou a cerca. Aí os animais espinicaram, fugiram tudo! Eloy tornou a consertar a cerca. Aí de novo eles derrubaram. E assim foi. Começaram a mandar recado, o povo dizendo que iam matar Zuza. Aí mataram Praxedes, o filho de Zuza. Mas continuou aquela mexida de cortar cerca. E Eloy era presidente do sindicato, aí brigava mesmo! E tinha coragem! Teve uma vez que deu tempo de ver o rastro do animal do matador, aí deu tempo de fugir, mas deram tiro! E teve uma vez que os homens cortaram a cerca e montaram uma cruz no lugar, na terra de Eloy. Montaram uma cruz de madeira! Pra dizer que era uma sepultura, pra dizer que Eloy ia morrer. Mas não conseguiram matar Eloy, ele era muito religioso, ele sabia as rezas. Mas teve um dia, nesse dia ele veio montado, de burro, ele mais o filho mais velho tinham levantado a cerca no dia antes. E nesse dia Eloy foi ver a cerca, e foi também apanhar uns pequis. Estava só. Diz que nem teve tempo de apeiar do burro. Foram seis tiros. Primeiro dois, depois quatro. O outro filho ouviu quando estava mexendo com o gado. Mas diz que nem com os tiros Eloy não morreu. Tiveram que dar sete machadadas na cabeça dele, encontraram a cabeça de Eloy toda aberta, um buraco que dava pra ver tudo dentro. Encontraram Eloy todo judiado! O criminoso foi lá e bateu sete vezes pra abrir a cabeça de Eloy! Diz que só assim ele morreu, porque aí quebrou o encanto da reza, que diz que Eloy tinha o corpo protegido, tinha o corpo fechado.

O relato acima busca reproduzir, de forma resumida, o caso que ouvi, com pequenas variações e um ou outro acréscimo, de

forma algo fragmentada em versões que se complementavam. Provavelmente por isso, o caso por inteiro, tal como foi descrito acima, não foi registrado em minhas notas de campo, à maneira de outros casos presentes ali. Cheguei a gravar uma entrevista com dona Zefa, na qual lhe pedi para reproduzir o caso, o que fez de modo algo lacônico, ao contrário de quando me contara o episódio espontaneamente, sem gravadores nem perguntas de minha parte. Mas a ordenação da narrativa repetia-se de forma eloquente, terminando invariavelmente com o detalhamento do crânio rompido pelo assassino. Esse detalhe cravou-se em minha memória a despeito da dispersão dos dados em meu diário de campo; o detalhe parecia ocultar os outros dados narrados sobre o episódio. Foi a partir do livro *Eloy: morre a voz, nasce o grito*, enviado pelo prefeito de Chapada Gaúcha, que tal descrição haveria de ser recuperada por minha memória.

A leitura daquele livro funcionaria como uma espécie de instrumento de resgate tal qual ocorreu com o livro encontrado pelo personagem de Conrad em *Coração das trevas*. Ao ver nessa imagem literária a marca da separação entre as experiências de leitura e a escrita, Clifford (1998, p. 121) vê essa disjunção como esforço familiar à empreitada malinowskiana: transformar as inscrições discrepantes, tomadas na desordenada experiência cotidiana do trabalho de campo, em mundos narrados em sua totalidade, contextos coerentes. Muitas vezes, os relatos devem ser mais verossímeis do que a realidade, e então o esforço de composição narrativa é um esforço de produção de sentido, buscam-se os efeitos de certa ficcionalização, ou fabricação discursiva. A questão é notar como os efeitos imaginados sob certo contexto nem sempre correspondem àquele efetuado na leitura. Como Clifford analisa sobre o episódio de Conrad, o caso do livro encontrado “em um estranho continente”, “seu conteúdo náutico flutua na ausência de contexto – e mais uma vez é resgatado pelo leitor”. No romance, o capitão Kurtz admirara-se com as inscrições manuscritas de um misterioso código que, por fim, descobriria ser apenas a língua russa de um missionário a

quem, ao conhecer pessoalmente, destinaria pouco interessante. Entretanto, a história dessa descoberta, promovida pela leitura daquele objeto descontextualizado, apresenta um livro cujas inscrições incompreensíveis dariam pistas para que o capitão penetrasse “no coração das trevas”, em busca de seu grande personagem. De modo similar, minha busca pelo personagem de Eloy no livro enviado por Mundinho atrelou-me a contextos diversos, fazendo-me percorrer falas variadas. Neste “trânsito” entre dois distintos contextos de produção narrativa, parecia-me difícil encontrar a unidade de uma trajetória composta por elementos nem sempre conectados. De um lado, os relatos silenciavam sobre o que, de outro, figurava justamente como eixo narrativo. Mas, se o silêncio é parte constitutiva de qualquer discurso, o confronto entre distintos objetos de fala iluminam as ausências de um lado e de outro, dando-nos mostras de como o gesto de silenciar participava de cada um dos processos mnemônicos. Como ocorre comumente aos objetos de memória, o livro sobre Eloy evocava lembranças para além do que ali se fazia exposto e curiosamente me remetera a relações que, no próprio livro, estavam fora do foco de interesse. Conforme escrito na página que abre o relato:

Este livro não vai contar a história de Eloy Ferreira da Silva. Os dados já são conhecidos: lavrador, pobre, com mulher e dez filhos [...]. Em seus poucos anos de luta sindical, Eloy ganhou uma dimensão e liderança indiscutíveis. Foi brutalmente assassinado em dezembro de 1984. Neste livro, o que queremos é falar das ideias de Eloy; mostrar contra quem e contra o que Eloy lutava; mostrar a imensa força dos trabalhadores rurais (AMADO, 1985, p. 7).

A proposta de falar não sobre o homem, mas “sobre suas ideias” era a mesma dos relatos públicos fornecidos por personagens da história sindical do país, como vimos inicialmente. Em ambos os casos, queriam explorar não as histórias familiares, pessoais,

de um e outro indivíduo, mas sim aquilo que falava sobre o “movimento camponês”. Pouco dessa história parece poder ser extraída do caso contado pelos parentes de Eloy. Porém os pontos de coincidência entre o personagem do herói nacional e o parente dos Buracos começaram a aparecer na medida em que aquela leitura promovia um particular “retorno ao campo”. Retorno no sentido literal, pois o livro seria fonte de informação para a publicação do MDA, que eu levaria em mãos à dona Zefa, tornando a visitá-la. Mas o retorno haveria de ser também no sentido de uma evocação, pois abriu minha escuta pretérita à possibilidade de conexões futuras, algumas das quais busco estabelecer nos limites deste artigo.

Composto em grande parte por transcrições de relatos de sindicalistas que militaram no norte de Minas, dentre os quais o próprio Eloy, aquele “livro-objeto” permitiu-me reconstituir a história de ocupação do espaço hoje definido pelo município de Chapada Gaúcha:

As terras era da Igreja. Vivia lá muitos posseiros. A empresa chegou e pôs os posseiros pra fora e tá tudo espalhado. [...] Na Serra, nos anos 30/40, não tinha arrendatário. Ninguém cobrava da terra. Trabalhava pra fazendeiro e era agregado do patrão e também para si ao mesmo tempo. [...] Na Serra tinha também muita terra da União. A Ruralminas veio e passou para os gaúchos. Acredito que as terras não são deles. [...]. Em 74/75 foi chegando o pessoal e comprando terra dos posseiros [...]. Compravam pouca terra e cercavam muito mais, com outras pessoas que não tinham vendido a propriedade [...]. Compraram de poucos e ficaram com o de muitos, enganando e prometendo muito para o camponês. Aproveitaram da bondade e da boa fé do camponês (entrevista de Eloy, apud AMADO, 1985).

“Ter a terra pra trabalhar e ter o de-comer, nada tem mais valor! A terra é o presente mais lindo que Deus deu pra nós!”, lembrei-me dessa formulação tão comum entre o povo dos

Buracos, ao me deparar com trechos como o transcrito acima. A “voz do camponês” expunha-se então em uma sequência de relatos, cuja leitura se tornava um dispositivo detonador de memória, remetendo-me a outras escutas. Não apenas aquelas inscritas no diário de campo, também o que ouvi em outros contextos, ampliando meu território de investigação. Houve, por exemplo, uma ocasião na qual, detendo-me alguns dias em Brasília a caminho do trabalho de campo, fui apresentada a um professor de literatura, que, ao saber da área onde eu desenvolvia pesquisa, contou-me ter conhecido Eloy. Era época de ditadura e o professor, então jovem estudante, investia sua militância política em trabalhos ligados à formação sindical de lideranças rurais. Diante de mim, o homem rememorou, na figura de Eloy, o discurso bem articulado e o jeito corajoso com que resistia às ameaças constantes. Os que o ameaçavam eram conhecidos, mas Eloy não deixava de circular intrepidamente, dizia ter o corpo fechado e era muito religioso, contou-me o professor, lamentando que com isso o sindicalista não tenha tomado as precauções necessárias à sua proteção.

No livro-objeto que recebi das mãos de Mundinho, o corpo fechado de Eloy não é mencionado. Entretanto, ordenando seus capítulos em torno do episódio do crime, o autor nos evoca, da maneira exposta a seguir, o dia anterior ao acontecimento:

Sábado, 15 de dezembro de 1984. Como sempre fazia, Eloy leu um trecho da Bíblia para a família.

“Agora eu vou para o Pai e mandarei para vocês o Espírito Santo. Ele convencerá o mundo de que está errado a respeito do pecado, do que é certo e do que é justo [...]. A mulher que está para dar à luz fica triste, mas depois que nasceu a criança já não se lembra do sofrimento. Assim será com vocês” (Evangelho de São João, capítulo 16, versículos 1 a 18) (AMADO, 1985, p. 13).

11 Uma outra dimensão que mereceria ser explorada por esse resgate de memória desvelaria o papel de peso de um certo setor da Igreja católica nos movimentos de resistência à ditadura, representado pela atuação da CPT – Comissão Pastoral da Terra. Sobre esse tema, ver, entre outros, Paiva (1985), CPT (1985), Callado (2003), Novaes (1997) e Silva (2006).

Essa passagem bíblica não aparece em outros momentos do livro, a não ser por duas menções rápidas. A primeira quem faz é Nilmário Miranda, em seu Prefácio encomendado por iniciativa de Luiz Chaves, então agente da pastoral da CPT no norte mineiro.¹¹ O prefaciador descreve como Luiz lhe contara, emocionado, de quando a Bíblia fora encontrada, marcada no versículo 1 a 18, na casa de Eloy, logo após seu assassinato. “Aquele pequeno trecho, de certa forma, refletia uma previsão de sua morte”, dissera o agente pastoral. A segunda menção quem faz é o próprio Luiz Chaves, algumas páginas adiante, em um capítulo chamado “As ideias”. Em meio a uma sequência de longas entrevistas transcritas de Eloy e outros sindicalistas, surge o relato de Luiz Chaves. Ali se lê que

todas as noites, antes de dormir, Eloy fazia a leitura de um trecho da Bíblia. Depois refletia com a família. [...] Antes de rezar o Pai Nosso, dizia: “Meus filhos, esse mundo cheio de avareza e egoísmo. Os ricos estão querendo dominar o mundo, querem ser maiores [...]. Mas ninguém consegue ser maior que Deus. Ninguém tem a palavra mais poderosa do que a palavra de Deus” (depoimento de Luiz Chaves, apud AMADO, 1985, p. 57).

Tais informações sobre a dimensão religiosa da vida de Eloy aparecem entretanto sem continuidade com a ordenação narrativa do livro. Funcionam como elemento coadjuvante ou mera ilustração da paisagem humana naquele Sertão mineiro. O aspecto religioso, embora mencionado ali como integrando as ideias do “grito camponês”, parecia interromper o fio narrativo das falas sobre o movimento camponês. Como lapsos, as menções a essa dimensão da experiência militante surgiam deslocadas nas falas transcritas, que – tomadas em sua forma escrita – tornavam-se documento. Em um caminho inverso, minhas notas de campo haviam me servido, durante a elaboração de minha tese doutoral, para que eu buscasse uma

ordenação narrativa não da história documentada, ou mesmo documentável, mas justamente daquilo que circula na matéria efêmera da oralidade. O que me interessava naquela ocasião, cerca de dois anos antes da redação de *Retrato da repressão*, era explorar as possibilidades que a forma oral poderia me abrir na composição de meu próprio discurso. Por esse esforço, perdi a conexão entre o acontecimento e sua associação com o contexto político nacional da época. Conseguiria refazer o elo quando, após a leitura sobre a obstrução do crânio de Eloy, lembrei do caso que me fora contado em campo.

Embora no livro-objeto a descrição do estado do corpo da vítima seja uma passagem sem grandes implicações, sua leitura fez-me escutar a voz de dona Zefa: as machadadas na cabeça foram sete, um gesto feito decerto junto a alguma reza, para “quebrar o encanto”. Esse aspecto – pouco verbalizado mas sempre evocado no caso da morte de Eloy – ganhou densidade ao ser inscrito, por meio de minha leitura, no relato político daquele livro sobre as ideias do sindicalismo rural.

Às voltas com a questão, busquei versões do caso, puxadas umas às outras através de minha memória, à maneira como os casos costumam ser puxados nas rodas de prosa. Por esse caminho, consegui encontrar em minhas anotações sobre o caso de Eloy uma versão um tanto diferenciada das demais. Fora-me contada por um senhor que não possui quaisquer laços de parentesco com o povo de Eloy e Zefa, mas conhece todos de longa vida. Ele contou-me de quando trabalhara para o fazendeiro que por fim conseguira “adonar” a Fazenda Menino, mas não relatou então o assassinato que resultaria no logro do fazendeiro. O caso puxava ali outro assunto: os barulhos de corrente arrastando todas as noites na casa da Fazenda Menino. Era assombrada, revelou-me o senhor. E habilmente lançou mão do recurso próprio à sua arte narrativa: situou o episódio a partir das pessoas que eu, ouvinte, já conhecia. Tratava-se do caso de Praxedes, disse-me o senhor, “você sabe, o sobrinho

de Eloy, filho do irmão de Eloy, todos dois irmãos de dona Zefa”. O senhor pôde assim localizar-se ele próprio diante de mim, era como se me dissesse que, embora declaradamente um “amigo de gente graúda” (os grandes proprietários de terra), naquele caso sua posição era “de horror”. Como diz o povo da região: “Das coisas assim feitas por gente, é por onde entra o coisa-ruim”. Noutras palavras, contra Deus o que se faz é obra do besta-fera. Deste, sequer se deve pronunciar o nome. O resto é silêncio. Assim, quando – noutra ocasião – procurei o senhor para gravá-lo contando alguns “causos”, ele lembrou o episódio da casa assombrada, mas preferiu não incluí-lo em sua narração, explicando-me que não queria “mexer com gente chegada”.

O TEMPO DA POLÍTICA

Eloy Ferreira da Silva dá nome a uma rua da cidade de Chapada Gaúcha, o que deve nos servir a imaginar como, noutros contextos que não o da intimidade da casa ou dos laços familiares, a terra natal de Eloy também guarda sua contribuição para a memória do “herói nacional”. Igualmente, a fórmula “herói dos posseiros” havia sido encontrada por mim durante pesquisa de campo, de modo que se fazia justo registrá-la como “memória do povo da região”, tal qual redigido na publicação do MDA. No entanto, coube-nos aqui chamar atenção para esse outro domínio de circulação da história de Eloy, o universo doméstico que me interessara durante a pesquisa de campo. É intrigante que, em nossas conversas sobre o episódio do assassinato, Josefa não tenha jamais mencionado a dimensão do papel de seu irmão na atuação sindical nem sequer me apresentado o antigo livro guardado entre seus objetos de memória.

Não seria difícil justificarmos o fato sob o argumento de uma atual “despolitização” dos parentes de Eloy. No entanto, tal justificativa recairia no mesmo raciocínio que, conforme vimos, serviu para esvaziar a violência no campo de seu caráter

“político”. Seria encampar a ideia de que as relações pessoais podem ser isoladas do contexto de opressão política em que se encontram. No processo judicial que se seguiu ao assassinato de Eloy, a briga pela derrubada ou manutenção da cerca nas posses do sindicalista foi usada pelos executores do crime para transformar aquela morte no resultado de um desentendimento episódico. Mas a importância que Eloy havia assumido na ação sindical não deixa que o ouvinte atento se leve pelo recurso argumentativo dos seus algozes. Vida pessoal e atividade política mostram-se muitas vezes indiscerníveis, como ocorre no relato de Luiza, a viúva de Eloy: “Eloy e eu vivemos 32 anos junto. De sete anos pra cá que Eloy vinha sempre lutando. Do lado dos pobres. Até deixou o que é dele mesmo mais afastado pra se dar aos pobres. Ele ajudou, ajudou e depois foi estragado e deixou a família dele desamparada. Hoje, a gente tá aí, desse jeito” (AMADO, 1985, p. 55).

Que definição de “política” pode ser acionada nesse contexto? Considerando que os mineiros de Chapada Gaúcha muitas vezes afirmam não se poder “misturar pessoa e política”, poderíamos ser levados a endossar o argumento mencionado acima, de que o silêncio sobre a militância política da vítima corresponderia a um desvio do foco em direção à vida “pessoal” do personagem. Mas devemos nos precaver do perigo de dar às palavras alheias o sentido sustentado por nosso próprio senso comum. O trabalho de campo em Chapada Gaúcha me fizera notar que, se tal frase é repetida justamente nos períodos de campanha eleitoral – o chamado “tempo da política” –, é porque se trata de condenar o que observam ali como prática inescapável, a saber, a mistura entre “pessoa” e “política”. Não cabe aos objetivos deste artigo explorar as diferentes articulações entre essas duas noções, seja como instrumentos de análise, seja no lugar de categorias nativas. Pretendo apenas notar que a afirmação retórica “não se pode misturar pessoa e política” supõe, antes de negar, a maneira insistente com que essas coisas se misturam. Isso nos remete ao apresentado aqui inicialmente.

Nos relatos pessoais daqueles diretamente envolvidos na história da ditadura, o sentido político do sofrimento fundava-se na morte de uma coletividade, ali identificada sob os termos do “movimento camponês”. Nunca ouvi essa expressão ser pronunciada pelos familiares de Eloy com quem estabeleci proximidade. O termo utilizado por meus informantes chapadenses, ao se autoidentificarem em oposição aos grandes produtores, não é “camponês”, mas sim “lavrador”. Essa palavra é às vezes subsumida pelo termo “mineiro”, que comporta a oposição em relação aos “gaúchos”, ali quase sempre latifundiários do agronegócio. Quanto à formulação de uma coletividade no interior da qual os lavradores se mobilizam, ganhando ou perdendo capacidade de ação, não se escuta hoje a palavra “camponês”, mas existe uma outra, empregada de forma ao mesmo tempo ampla e precisa: trata-se do termo “povo”.

Quando os buraqueiros dizem “o povo de Fulano”, por exemplo para contar quem estava em determinado lugar, não se importam em quantificar os “sujeitos” – se eram dois ou mais pessoas. O “povo” é então uma multiplicidade, no sentido de Deleuze e Guattari (1968, p. 236): ali, o uno e o múltiplo não são alternativas em questão.¹² Desse modo, ao me referir ao “povo dos Buracos”, incluí em minha argumentação todos os habitantes da antiga Fazenda dos Buracos, mas a referência servia – ao mesmo tempo – a delimitações mais restritas. Por exemplo, o “povo de Eloy”, enquanto linha de descendência particular, pode ser nomeado, dependendo do “causo” em questão, como “povo dos Buracos”, ou mesmo “povo mineiro”. Há uma espécie de variação contínua na delimitação das pessoas que constituem um “povo”, de modo similar à variável implicada na circulação de qualquer “causo”. As variadas versões de um episódio instauram uma espécie de guerra de perspectivas da qual se podem inferir diferentes posicionamentos, reunindo e afastando narradores diversos de acordo com as posições que assumem ao construir suas narrativas. O espaço de circulação

12 “A multiplicidade não deve designar uma combinação de múltiplo e de um, mas, ao contrário, uma organização própria do múltiplo enquanto tal, que não tem necessidade alguma da unidade para formar um sistema” (DELEUZE e GUATTARI, 1968, p. 236).

de um dado causo cria assim o território de um “povo” que não se define por uma área geográfica, mas pela narrativa coletiva de uma certa perspectiva. Ao se deslocar pela terra dos Buracos, é comum que, ao longo do caminho, as versões de um causo variem em função das diferentes zonas de vizinhança.

Porém a coincidência entre espaço e perspectiva se desfaz quando, viajando distâncias maiores, chegando em lugares para onde migraram parentes buraqueiros, como Brasília ou São Paulo, versões mais ou menos afins de causos ocorridos nos Buracos circulam diversamente, rearranjando-se em função de laços de parentesco não necessariamente qualificados pela ordem da consanguinidade. Nas cidades para onde migram os buraqueiros, o povo dos Buracos continua sendo o mesmo, reconhecendo-se e comunicando-se por esse território de circulação de causos. Mas suas divisões internas se modificam. Ao circularem, algumas versões “contagiam”, impondo-se, umas mais do que outras.

A maneira com que novos conjuntos de pessoas se rearranjam quando se deixa a terra dos Buracos, reconfigurando a relação direta entre vizinhança e identidade de versões, parece ser uma pista importante. Note-se que a ocupação do espaço da Fazenda dos Buracos corresponde, de um modo geral, a uma lógica própria dos laços de parentesco: herdeiros pela linha paterna costumam permanecer próximos, vivendo nas terras de sua família nuclear. Desse modo, dizer que se trata de “parentes chegados” denota frequentemente uma proximidade de laço sanguíneo e, em geral, também uma proximidade de vizinhança na terra. Essas proximidades, como vimos, envolvem a similaridade das versões de um determinado causo: quanto mais longe se vai, mais diferente é a versão que se ouve. Isso implica dizer que as versões de um causo se assemelham na medida em que os narradores se aproximam no diagrama do parentesco. No entanto, note-se, essas coincidências se rearranjam quando se deixa a terra dos Buracos rumo a lugares mais distantes, justo onde a lógica da vizinhança não mais obedece às regras de herança.

Ao perceber essas variações internas nos agrupamentos de um “povo”, poder-se-á talvez refinar algumas observações sobre os modos muitas vezes sutis e imprevistos de reprodução do que a literatura costuma entender por relações “políticas” e que aqui podemos definir provisoriamente como práticas individuais e/ou coletivas de composição de um “mundo comum” (cf. LATOUR, 2006, p. 366-367). Vale-nos explorar brevemente essa articulação entre a identificação de um “povo” e a frequência variável na circulação das versões de um causo. O mesmo parece ocorrer quando se está “no tempo da política”. O período de campanha eleitoral é notoriamente um período de “fofoca”, isto é, a circulação de causos se intensifica de modo “descontrolado”, para usar uma expressão local, o que significa dizer que não se pode confiar no que se ouve. A lógica do parentesco – que rotineiramente assegura as avaliações individuais a respeito das diferentes versões de um causo – deixa de valer.

Eu já conhecia o termo “tempo da política” por inúmeras referências presentes na literatura etnográfica. Ao ouvir a expressão durante trabalho de campo, notei que a ideia, pela capacidade em articular assuntos e puxar causos em quantidade, era um poderoso “conceito nativo”. Muito do que observei sobre o cotidiano do povo dos Buracos foi pensado durante o “tempo da política”, dado algo curioso, posto que esse “tempo” se caracteriza justamente como “ruptura do cotidiano”, tal qual formularam Palmeira e Heredia (1997, p. 161). Na formulação ouvida de um pernambucano pelos autores, “eleição é a maior festa do Sertão. Sertanejo adora votar”. Sejam os comícios que têm o formato de *shows*, as palestras que são como reuniões festivas, ou as festas propriamente ditas, oferecidas pelo candidato antes e (no caso de vitória) depois das eleições. O dia do voto é efetivamente uma festa na cidade de Chapada Gaúcha, quando os mineiros da roça se deslocam até a sede municipal e se reúnem nas casas de parentes, aproveitando o feriado para “contar causo” durante toda a tarde, até que se conheça o resultado das urnas.

Os causos e análises que tais eventos geram continuam sendo efetuados e gerando efeitos através dos tempos (embora com intensidades diversas). Daí a dificuldade em circunscrever esse período a um calendário fixo; daí também a constante “invasão do cotidiano pela política” (PALMEIRA e HEREDIA, 1997, p. 177). No tempo da política, Chapada Gaúcha testemunha a palavra “espalhada” pela “falação do povo”. Embora a divulgação das campanhas inclua a intensa circulação de carros com autofalante, além dos “santinhos” com a foto do candidato e algum texto escrito, o registro da palavra não é o que ali “rende assunto”. O que se diz nem sempre se escreve, há coisas que só são comunicadas de modo muito particular: na intimidade na casa.

“A palavra é que nem veneno!”, formulam meus informantes frequentemente. Mas a palavra também pode ser bênção. De acordo com a explicação do senhor que me narrara o caso da “casa assombrada”, o Pai-Nosso, a reza, é na verdade “um pedido”, e me fez assuntar: Santificado seja o Vosso nome... Perdoai as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido... “A gente fala não é mó de estar dizendo uma coisa que existe, mas é pedindo que aconteça!”, refletiu ele. Não é à toa que, nas situações de “palestra de político”, é praxe que todos os presentes se arranjam em um mesmo círculo para rezar em voz alta o Pai-Nosso e a Ave-Maria. Numa ocasião em que a palavra é especialmente “forte”, o cuidado com o que se “roga” faz-se imprescindível. “Gostar da prosa” de um candidato é certamente o primeiro passo para se decidir votar nele. Não à toa, portanto, a principal atividade dos candidatos a vereador de Chapada Gaúcha consiste em fazer visitas, prostrar nas casas de possíveis ou prováveis eleitores. Igualmente, a principal acusação destes contra os vereadores eleitos é a de que, após ganhar as eleições, eles não tornam a visitar seus eleitores. Conforme as palavras de um candidato ao me contar sobre seu trabalho de campanha, “a política exige presença”.

Essas elaborações sobre o poder de influência e a dimensão performática da circulação da palavra apontam-nos para a

continuidade entre a vida cotidiana da conversa, das rezas, das relações familiares, e o que chamamos até aqui de “política”. Esta, entendida como ação institucionalizada, circunscreve-se à “esfera pública”, que, tal qual formulou John Comerford (2003, p. 22), contrasta-se “com a ‘dimensão pública’ revelada na sociabilidade cotidiana”. Como observa esse autor em sua pesquisa sobre sindicalismo rural e sociabilidade na Zona da Mata Mineira, “esses diferentes princípios de sociação se pressupõem mutuamente e se constroem em mútua relação, da qual, em certa medida, a própria pesquisa é uma modalidade”. Infelizmente, não pude explorar essas articulações nos limites deste artigo. Meu caminho aqui buscou, ao contrário, enfatizar minhas diferentes formas de inserção, como pesquisadora, em dois momentos da produção da memória de Eloy Ferreira da Silva, o que nos levou à formulação “não se pode misturar *pessoa* com *política*”, ouvida por mim repetidas vezes durante trabalho de campo. Contudo, conforme expus acima, não devemos tomar a fórmula ao pé da letra. A contínua “invasão” do cotidiano pela política nos faz notar que, justamente, tal afirmação revela o risco sempre presente de se confundir essas duas dimensões da vida social, pois, a rigor, elas insistem em se misturar. Por esse caminho, vale-nos a título de conclusão apontar algumas pistas sobre o solo teórico de Comerford. Creio que, em nosso caso, o silêncio feito pelos parentes de Eloy sobre “o movimento camponês” abre-nos a possibilidade de uma escuta apurada sobre essa forma de ação coletiva. Se a ideia de “povo” – articulada, como vimos, à de “família” e “parentesco” – parece contrapor-se às organizações de “classe” evocadas pelo termo “camponês”, o silêncio e a partida do “povo de Eloy” para longe de sua terra natal revelam, no interior dessa contraposição, uma relação tão intensa quanto delicada. Entre o dito e o não dito, há muito entredito a ser escutado.¹³

13 Embora não diretamente relacionada ao tema deste artigo, uma preciosa reflexão sobre o não dito nas sociedades camponesas encontra-se em Ferreira (2008).

Relembremos que o caso contado na intimidade do espaço doméstico estabelece uma determinada configuração de relações entre ouvintes, narradores e narrados. Além disso,

tal forma narrativa “puxa gente”, para usar uma expressão local, “mineiro gosta de uma prosa”, e essa dimensão sociativa da circulação da palavra é, conforme explicou um de meus informantes, um elemento importante da atividade eleitoral: “política exige presença”. É significativo portanto que, após o assassinato de Eloy, sua família tenha migrado para outra cidade, tendo raramente retornado para visitar os parentes de Chapada Gaúcha. Além de evitar a dor trazida pela memória do lugar, a ausência dos familiares parece evitar também a guerra de perspectivas inerente à circulação de um caso qualquer. A história do assassinato de Eloy envolveu desde o início toda uma cadeia de parentesco – irmão, sobrinho, filho – e se encerrou com o deslocamento de seus familiares mais chegados, calando assim todo o “povo de Eloy”, que em sua terra sobrevive apenas nos casos antigos e algo vagos narrados pelo povo dos Buracos, também seus parentes. A forma assumida pela ideia de “povo” explicita, nesse caso, uma fenda – no próprio silenciar – e o “movimento camponês” atingido pela ditadura é posto à luz de uma dor que se herda, como a dor da perda familiar. Seja no modelo das formas institucionalizadas de se fazer política ou experiência das relações familiares, a ação individual é agenciamento coletivo. “O líder se faz na massa”, dissera José Pureza.

É importante ressaltar que, para minha pesquisa de campo em Chapada Gaúcha, tive muito pouco contato com o universo das atividades sindicais, que estavam fora de meu foco de interesse. Isso por certo interferiu na constituição de meus dados de campo e consequentemente na ausência, ali, das menções à atuação “política” de Eloy. Contudo, a descontinuidade marcada aqui entre os dois regimes discursivos – o das ex-lideranças e o dos parentes não sindicalizados de Eloy – chama-nos atenção para dois diferentes modelos de coletividade: o da “classe camponesa” e o do “povo dos Buracos”. Creio que tal distinção mereceria ser explorada em futuras reflexões, pois, se o “povo” – coincidente mas não idêntico à lógica do parentesco – é uno e múltiplo a um só tempo, ele é também internamente divisível,

constituído de inúmeros e diversificados “povos”. Assim, o “povo de Eloy” afastou-se do “povo dos Buracos” que o constitui: sua família nuclear migrou para a cidade de São Francisco, onde, hoje, alguns de seus filhos mantêm-se atuantes no movimento sindical. É significativo que, no município de Chapada Gaúcha (onde ocorreu o assassinato), a memória de Eloy não se atenha a esse gênero de atividades. Quando Zefa e outros ali silenciam sobre a dimensão “política” da morte de Eloy, explicitam por outro lado a ausência dos seus, revelando que a falta de um implicou a falta de muitos. Possibilita-se desse modo ao ouvinte um certo acesso à brutalidade (“política”) de outrora. O caso de Eloy promove então a atualização de uma violência que, ao atingir todo um “povo”, estende-se no tempo e repercute diretamente – ou por que não dizer afetivamente? – sobre aquele que busca escutar os ecos do passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. *Ruris*, Campinas, v. 2, p. 157-186, 2007.
- ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das auditorias militares de Porto Alegre e de Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às leis de segurança nacional (1964-1978)*. 2009. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- AMADO, Jô. *Eloy: morre a voz, nasce o grito*. Belo Horizonte: Segrac – Sociedade Editora e Gráfica Ação Comunitária, 1985.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no leste de Minas Gerais. *Revista Brasileira de História*, v. 24 n. 47, 2004.
- BRASIL. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília, Comissão Especial

sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra*. Rio de Janeiro: Forense, Edur, 2002.

CALLADO, Antônio. *Entre Deus e a vasilha: ensaio sobre a reforma agrária brasileira, a qual nunca foi feita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

CAMARGO, Aspásia A. de. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1981, t. III, v. 3.

CANTARINO, Eliane (Org.). Prefácio. *Memória camponesa, José Pureza*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses mortos, torturados e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *O coronel rompe o silêncio*. São Paulo: Objetiva, 2004.

CASSEL, Guilherme; VANNUCHI, Paulo. Apresentação. In: CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses mortos, torturados e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

CERQUEIRA, Ana Carneiro. *O “povo” parente dos Buracos: mexida de prosa e cozinha no cerrado mineiro*. 2010. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro.

CLIFFORD, James. Sobre a automodelagem etnográfica: Conrad e Malinowski. In: GONÇALVES, J. R. S. (Org.). *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, p. 100-131.

COMERFORD, John Cunha. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

CONCEIÇÃO, Manoel da. *Essa terra é nossa*. Entrevista e edição de Ana Maria Galano. Petrópolis: Vozes, 1980.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). *As lutas camponesas no Brasil* (1980). Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

_____. *Contag: 30 anos de luta*. Brasília: Contag, nov. 1993.

_____. *Contag: 40 anos*. Brasília: Contag, 2003.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT – Dez anos de caminhada*. Petrópolis: Vozes, 1985.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Différence et répétition*. Paris: PUF, 1968.

FERREIRA, Paulo Rogers. *Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, Anpocs, 2008.

FOSTER, George. What is a peasant?. In: POTTER, J. M. et al. *Peasant society: a reader*. Boston: Little Brown, 1967, p. 2-14.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem. Um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Caxambu, Anpocs, ano V, n. 14, 1988.

KEARNEY, Michael. Introduction. In: *Reconceptualizing the peasantry: anthropology in global perspective*. Boulder: Westview Press, 1996, p. 1-14.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Práticas instituintes e experiências autoritárias. O sindicalismo rural na mata pernambucana (1950-1974)*. 2010. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

LATOUR, Bruno. *Changer de société, refaire de la sociologie*. Paris: Éditions de la Découverte, 2006.

MARQUES, Aída; NOVAES, Beto. *Expedito: em busca de outros nortes*, 2006, filme-documentário, 75 min.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

NOVAES, Regina. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Política ambígua. In: BIRMAN, P.; NOVAES, R.; SAMIRA, C. (Orgs.). *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

RANGEL, Inácio. *A questão agrária brasileira*. Rio de Janeiro: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento, 1961, obra divulgada pelo Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco.

SHANIN, Teodor. Peasantry as a political factor. In: SHANIN, T. (Ed.). *Peasants and peasant societies*. Middlesex: Penguin Books, 1971, p. 238-263.

SILVA, Oswaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

ANA CARNEIRO – Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS-MN/UFRJ. Atualmente, é bolsista pós-doc Faperj pela mesma instituição, <anacarcer@gmail.com>.